UMA NOVA DF — BRASÍLIA

O Plano Diretor de Ordenamento Territorial, que deve ser votado esta semana pela Câmara Legislativa, reconhece condomínios e prevê a criação de cidades e bairros como Taquari, Catetinho e Setor Noroeste

Beth Veloso
Da equipe do Correio

André Corrêa

Favelada lava roupas nas águas poluídas do córrego do Bananal. Vencer o apartheid social é um dos maiores desafios do projeto de ordenamento

Era uma vez uma cidade que surgiu da visão de um padre italiano para ser a capital do terceiro milênio. O lugar perfeito para se morar, paraíso da modernidade, vanguarda arquitetônica do mundo.

Mas o sonho de Dom Bosco acabou.

Com 36 anos, Brasília tem mais que o triplo da população para a qual foi projetada e problemas dignos de um pesadelo: violência, desemprego, favelas, bolsões de miséria. Estimou-se 500 mil, até 600 mil habitantes no ano 2000. Abriga um milhão e 700 mil quatro anos antes.

O desenho radial das cidades *satélites*, idealizado nas pranchetas de Lúcio Costa, símbolo de autonomia espacial, foi ferido por outras cidades criadas de um ano para outro. Sem esgoto, água, asfalto ou qualquer tipo de infra-estrutura.

Os chamados assentamentos, do governo Joaquim Roriz, trouxeram surtos de migração e pobreza aos arredores de Brasília. O apartheid habitacional também não deu certo. Com 13% dos habitantes, o Plano Piloto inchou com a centralização do emprego: concentra 70% dos postos de trabalho.

Com três anos de atraso, por ordem da Lei Orgânica, tenta-se botar ordem na casa. O novo Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal (PDOT), que deverá ser votado esta semana na Câmara Legislativa, redesenha os espaços físicos no Distrito Federal nos próximos 12 anos. Define onde vão surgir novas cidades ou bairros, como Taquari, Catetinho e Setor Noroeste. Reconhece a existência dos condomínios rurais, como os da Escola Fazendária (Esaf), transformando aquela área em urbana.

Recomenda cuidados especiais com mananciais (nascentes de córregos e rios) e abre caminho para a regularização de chácaras agrícolas mantidas pela Fundação Zoobotânica. Mantém enclaves rurais em áreas urbanas. Cria o Conselho de Planejamento Territorial, para vigiar e garantir o cumprimento da lei.

Se fosse apenas um desenho fictício, o novo PDOT seria considerado perfeito, segundo vários setores da sociedade. Os defeitos não estão no que ele propõe, mas no que deixa de propor. O projeto não vai além do que tecnicamente se chama de macrozoneamento: a divisão do Distrito Federal em áreas urbanas, rurais e de preservação ambiental e áreas especiais.

Embora o Instituto de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal, pai do plano, afirme que foram levados em conta aspectos ambientais, urbanísticos, geográficos e socioeconômicos, o PDOT atropelou o Plano de Águas da Caesb e o Zoneamento Ecológico-Econômico da Sematec, dois estudos que estão sendo iniciados para garantir água na torneira e meio ambiente preservado.

O PDOT também não está embasado em programas e políticas habitacionais, de transporte, trabalho e infra-estrutura urbana para o crescimento urbano que prevê. A crítica é do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB). "O plano não deveria ser só de macrozoneamento. Deveria ter diretrizes mais condizentes com o desenvolvimento da cidade", diz o arquiteto Sérgio Parada, que preside o IAB. "Foi assim que Curitiba fez. O plano mostrava inclusive os corredores de ônibus", compara o paranaense.

Ao observar a situação do Paranoá, São Sebastião, Brazlândia, Planaltina e Sobradinho, é fácil visualizar o que Sérgio Parada está dizendo. Essas cidades vivem hoje sérios problemas de abastecimento de água.

MANANCIAIS VÃO SER PRESERVADOS

O próprio governo admite que o Descoberto e Santa Maria, as principais barragens de Brasília, já estão comprometidas com as cidades existentes. O PDOT manda preservar 34 mananciais, que só poderão ser utilizados com autorização dos órgãos ambientais.

A Companhia de Água e Esgotos de Brasília (Caesb) lembra que em 1998 será inaugurada outra barragem: a do Pipiripau, em Planaltina. "Se precisasse, teríamos água para 2,5 milhões de pessoas", garante o diretor do Sistema de Águas da Caesb, Antônio Miranda Neto. Mas nem ele tem certeza de que, na prática, os mananciais serão preservados. "Queríamos que fosse mais especificada a necessidade de proteção, para evitar que construam dentro das bacias", confessa.

O saneamento tem uma lógica inversa, mas o problema é o mesmo. A questão não é preservar, mas onde depositar. Apenas o Plano Piloto, Brazlândia e, recentemente, Samambaia possuem estação de tratamento. As demais cidades lançam esgotos "in natura" nos riachos, como no córrego Riacho Fundo. O córrego do Bananal é outro que nasce cristalino e vai apodrecendo ao longo do curso.

O que a Caesb faz hoje não é pensar no futuro, mas correr atrás do prejuízo, construindo estações, como Paranoá, Planaltina, Santa Maria e Riacho Fundo. "A meta é ter 100% dos esgotos tratados até o final do governo', diz o diretor da Caesb.

Ainda há muito trabalho pela frente. Só o Lago Paranoá, que hoje está 90% despoluído, recebe dejetos tratados dos Lagos Sul e Norte, SIA, Plano Piloto, Sudoeste, Cruzeiro, Águas Claras, Taguatinga, Guará, Núcleo Bandeirante, Candangolândia e parte de Samambaia e Recanto das Emas.

Onde depositar o lixo é outra questão que o PDOT deixa em aberto. O mesmo acontece com relação aos congestionamentos que paralisam as estradas de Taguatinga, Estrutural, Setor de Indústria e Abastecimento e Núcleo Bandeirante, nos horários de pico.

"O aumento da estrutura rodoviária básica não vai requerer investimentos ou desapropriações de monta, porque temos um espaço viário protegido. Conforme a cidade for se desenvolvendo, teremos condições de nos ajustar a esse processo", tranqüiliza o secretário de Transportes, Nazareno Afonso.

O IPDF também se defende. Um dos argumentos é de que o PDOT é um plano de metas e diretrizes básicas e que o "detalhamento" será feito nos Planos Diretores Locais, que definirão normas para o crescimento de cada cidade. "A nossa preocupação foi fazer um plano que espelhasse a realidade", diz o presidente do IPDF, Filipe Torelly.

Sem muitas respostas, mas com inúmeros objetivos. Ambição é o que não falta nas propostas do PDOT. A principal é descentralizar as atividades econômicas e reforçar a autonomia de cada cidade, que hoje são apenas dormitórios.

PARA VERDES, O PDOT É UM HORROR

Árvores derrubadas, mata ocupada, ruas e casas, gente no lugar de vegetação nativa e flores do Cerrado. O PDOT é um horror para as Organizações Não-governamentais (Ongs) ligadas ao meio ambiente.

Vinte e uma entidades ambientalistas assinaram um documento alertando que o plano provocará devastação no meio ambiente e queda da qualidade de vida no Distrito Federal.

Os ambientalistas têm pelo menos uma boa razão para reclamar. O Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE), estudo a cargo da Secretaria do Meio Ambiente (Sematec), deveria preceder o PDOT. Mas está apenas nas primeiras rodadas de discussão. Só deverá ficar pronto daqui a dois anos.

O levantamento indicará a vocação de cada região do DF, de acordo com as características do solo, clima e vegetação. A Sematec argumenta que o PDOT será ajustado ao ZEE, quando ele ficar pronto. Com uma ressalva: o que foi feito, não será desfeito.

Mas os ambientalistas chiam mesmo é com o adensamento populacional proposto. O GDF ficará superpovoado, aterrorizam. Não haverá água para tanta gente. Nem rio para depositar o esgoto, mesmo que tratado. "O Lago Paranoá vai ficar saturado e vai feder", diz a geóloga Mônica Veríssimo, da Fundação SD (Sustentabilidade e Desenvolvimento).

Recorrem a estatísticas. A urbanista Suelly Caldas sentencia: a mancha urbana é três vezes maior do que o crescimento estimado da população. Em suma: eles temem que o PDOT fertilize o terreno da especulação imobiliária. O arquiteto Sérgio Parada concorda.

Os guardiões do meio ambiente dizem mais: sem áreas verdes, o solo ficará impermeabilizado, impedindo a entrada da água da chuva para alimentar rios e córregos. Frágil, ele sucumbirá às erosões. As reservas florestais ficarão ilhadas em meio às cidades, morrendo devagar sem o cruzamento das espécies da fauna e flora. A cidade vai engolir a mata.

"O que eles querem é que a população pare de crescer. Mas, para isso, a gente teria que botar uma porteira no DF. Não podemos proibir o direito de ir e vir do cidadão", rebate Leda Famer, diretora de Política Ambiental da Sematec e presidente do Grupo de Zoneamento Ecológico-Econômico.